

**TERMO DE REFERÊNCIA****PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº LCT2600007****OBJETO:**

A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de veículos especiais do tipo van/furgão para figurarem como Unidade de Atendimento Móvel, para atender demanda da Gerência de Atendimento Personalizado (GAPE) do SEBRAE/DF, conforme descrição e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

| Registro de Preços | Vistoria | Instrumento Contratual | Forma de Adjudicação |
|---|--|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Opcional | <input checked="" type="checkbox"/> Instrumento Contratual <input type="checkbox"/> Ordem de Compra/Serviço | <input checked="" type="checkbox"/> Por Item <input type="checkbox"/> Por Grupo |

| Exige Amostra | Catálogo/ Folder/Prospecto | Garantia do Bem | Garantia Contratual |
|---|--|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não | <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não |

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

| Requisitos Básicos: | Requisitos Específicos: |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> HABILITAÇÃO JURÍDICA <input checked="" type="checkbox"/> QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA <input checked="" type="checkbox"/> REGULARIDADE FISCAL | <input checked="" type="checkbox"/> QUALIFICAÇÃO TÉCNICA |

REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

| |
|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Sim, mediante reajuste, após 12 (doze) meses da data limite para apresentação da proposta, observadas as condições do edital e cláusulas contratuais. |
| <input type="checkbox"/> Sim, após 12 meses de vigência, mediante repactuação, observadas as condições do edital e cláusulas contratuais. |
| <input type="checkbox"/> Não, o preço será fixo e irrevogável. |

GERÊNCIA DEMANDANTE:

| |
|--|
| Gerência de Atendimento Personalizado (GAPE) |
|--|



1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para aquisição de veículos especiais do tipo van/furgão para figurarem como Unidade de Atendimento Móvel, para atender demanda da Gerência de Atendimento Personalizado (GAPE) do SEBRAE/DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QTD |
|------|--|-----|
| 1 | Veículos especiais do tipo van/furgão para figurarem como Unidade de Atendimento Móvel | 3 |

1.2. Veículo VAN para transporte de passageiros; Tipo de Combustível: Diesel; Potência: 170 cv / 3.800 rpm; Torque: 40,8 Kgf.m / 1.700 rpm; Tipo de Transmissão: Manual ou automática; Número de Marchas: 6; Comprimento, Largura, Altura: 7367 x 2345 x 2857 mm; Capacidade de Passageiros: 20+ 1; Velocidade Máxima: 157 Km/h; Airbags: Airbag para motorista e acompanhante; Sistema de Frenagem: Freio hidráulico a disco em todas as rodas, com discos frontais autoventilados; Assistência de Estabilidade: Programa Eletrônico de Estabilidade; Ar Condicionado: Ar-condicionado frontal e traseiro; Sistema de Infotainment: Sistema multimídia MBUX 10,25", Pacote de integração ao Smartphone; Assentos: Sem assentos, visto que o objetivo é adequar para escritório; Sensores e Câmeras: Câmera de ré superior; Conectividade: Bluetooth, USB; Iluminação: Faróis de neblina e luzes de circulação diurna; Certificações de Emissão: PROCONVE P8. Veículo 0Km; Fab.Modelo: 2025/2025 ou 2025/2026; Fabricação nacional ou nacionalizada; Cor branca. Com garantia mínima de 03 (três) anos de fábrica ou 100.000 Km; Deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente e manual de instrução em língua portuguesa; com aplicação de película térmica automotiva de proteção dos raios solares no parabrisa, nos vidros laterais e traseiro, com garantia de pelo menos 3 (três) anos, transparência em conformidade com a legislação de trânsito vigente; Deverá ser entregue licenciado e emplacado, sendo os primeiros registro e licenciamento serem efetuados em nome do SEBRAE/DF. O veículo deverá ser entregue com todos os documentos que comprovem a propriedade, tais como o CRV e o CRLV; Todas as despesas para registro, emplacamento, licenciamento, emissão de documentos e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto serão por conta da empresa vencedora. Todos os acessórios devem



ser originais ou genuínos, instalados de fábrica ou na concessionária ou na transformadora autorizada, desde que mantida a garantia de fábrica.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com especificações usuais no mercado, permitindo a comparação direta entre propostas e a seleção da mais vantajosa.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1. Ocorre que a Gerência de Atendimento Personalizado (GAPE), do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal (SEBRAE/DF), detectou a necessidade de adquirir três veículos do tipo van/furgão com o objetivo de transformá-los em Unidades de Atendimento Móvel para atuar em todo o Distrito Federal.

3. JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A utilização do Sistema de Registro Preços pode ser adotada quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas/fornecimento, o que se encaixa perfeitamente ao objeto ora pretendido.

3.2. No presente caso, trata-se de estimativa de aquisição, com previsão de consumo para 12 (doze) meses, ajustando-se aos recursos orçamentários, minimizando futuros imprevistos e evitando possíveis prejuízos ao SEBRAE/DF, com uma contratação que atenda as reais necessidades, sem restar desperdícios.

3.3. Vale aqui ressaltar que a opção pelo Sistema de Registro Preços tem como um de seus objetivos principais o princípio da economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a aquisição/contratação poderá ser gradativa, de acordo com as necessidades do SEBRAE/DF.

3.4. Diante o exposto, a utilização de SRP está justificada, pois o SEBRAE/DF está indicando o objeto que pretende adquirir/contratar e informando os quantitativos estimados e máximos pretendidos. Ressalta-se que, diferentemente da licitação convencional, não há o compromisso assumido de contratação, nem mesmo de utilização dos quantitativos estimados. O SRP constitui um importante instrumento de gestão, onde as demandas são incertas, frequentes ou de difícil mensuração.

3.5. Os quantitativos dispostos neste Termo de Referência (Anexo I) são meramente estimativos, e contratações pontuais, parceladas e frequentes poderão ser realizadas ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços conforme a demanda futura, à luz do art. 47, incisos I, II e III, do Regulamento de Licitações e de Contratos do SISTEMA SEBRAE, aprovado pela Resolução CDN n.º 493/2024.



3.6. A existência de preços registrados não obriga o SEBRAE/DF a firmar as contratações que deles poderão advir ficando facultada a ele a utilização de outros meios previstos para a obtenção do melhor preço.

3.7. A beneficiária do Registro de Preços, em igualdade de condições, tem direito à preferência para a contratação, dentro dos limites previstos, do prazo de validade estabelecido e das condições da proposta.

4. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. A entrega dos veículos, deve ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO.

4.2. A entrega dos itens licitados acontecerá no Distrito Federal, nas dependências do SEBRAE/DF, sendo a principal delas na sede do SEBRAE/DF: SIA Trecho 03, Lote 1.580, CEP: 71.200-030 Brasília/DF, um dia útil, até o horário máximo de 17h.

4.3. Caso não seja possível a entrega até o horário estabelecido, a empresa deverá se reprogramar para entregar os itens no próximo dia útil.

4.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a um terço do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.6. Os materiais a serem fornecidos devem possuir especificação técnica de cada item, obedecendo às normas de fabricação NBR a fim de garantir a qualidade mínima dos produtos. O objeto será transportado por conta e risco da empresa, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exibidas na forma da lei vigente, e entregue em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados pelo SEBRAE/DF.

4.7. Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do objeto, este será rejeitado, no todo ou em parte, sem qualquer ônus para o SEBRAE/DF, devendo fornecedor reapresentá-los no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

4.8. Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.

4.9. Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas, frete e seguro da entrega do objeto a ser substituído.



4.10. Os materiais ofertados deverão ser de primeira linha, sendo que o SEBRAE/DF poderá solicitar documentos que atestem os materiais, ou ainda não receber qualquer material caso tenha algum problema com a qualidade do produto.

4.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I - Utilização de bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II - Utilização de bens, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

III - Utilização de bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); e

IV - Deverão ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

5.2. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998, quando possível.

5.3. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

5.4. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes”



5.5. Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria D ou superior, do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).

Da exigência de carta de solidariedade

5.6. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, especialmente no que tange à disponibilização da rede de assistência técnica e no cumprimento da garantia técnica do objeto nos termos neste instrumento.

5.6.1. No caso de concessionária, a carta de solidariedade poderá ser substituída com apresentação da outorga de concessão de revenda emitida pelo fabricante.

5.7. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

5.7.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em veículo modelo de fábrica.

5.7.2. A subcontratação fica limitada aos serviços acessórios, tais como caracterização, adaptações, equipamentos de comunicação, de sinalização e acústica.

Assistência Técnica

5.8. A Contratada deverá apresentar no momento de avaliação da proposta sob pena de desclassificação, relação dos locais de assistência técnica dos veículos em âmbito nacional (inclusive no que se refere a garantia e manutenção das adaptações, caracterizações e sinalização acústica e visual), a no máximo 400km do Distrito Federal.

5.9. Inexistindo assistência técnica credenciada nas condições acima descritas, o transporte dos veículos para as unidades de manutenção mais próxima ficará a cargo do fornecedor enquanto durar a garantia.

5.10. Para execução de serviços relacionados às adaptações, caracterizações e sinalização acústica e visual, não é necessário que haja empresa credenciada em todas as unidades da federação. Porém, não havendo mão de obra especializada em alguma UF, a CONTRATADA deverá enviar equipe técnica especializada à capital daquela unidade federativa, no prazo de 10 (dez) dias, para efetuar os reparos necessários, com custos inerentes do deslocamento da equipe, sob responsabilidade da contratada.

Garantia, manutenção e assistência técnica



- 5.11. O prazo de garantia contratual dos bens, será conforme abaixo descrito, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.12. Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses nas avarias de pintura original da carroceria do veículo, provenientes de defeitos da pintura e verniz da carroceria de origem, prazos estes contados a partir da data da venda, registrada na nota fiscal.
- 5.13. Garantia mínima de 60 (sessenta) meses contra a perfuração devido a corrosão do interior para o exterior da carroceria.
- 5.14. A empresa deverá fornecer, juntamente aos bens adquiridos, documento indicando rede de assistência técnica apta a assegurar em seu nome a garantia técnica, inclusive dos veículos com adaptações, de forma a manter o atendimento em rede autorizada para a solução de eventuais discrepâncias observadas na utilização dos veículos, sendo que a garantia deverá ser total, sem ressalvas em relação aos acessórios instalados pela empresa, com cobertura aos seguintes quesitos, quando couber.
- 5.15. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o SEBRAE/DF.
- 5.16. É admitida a subcontratação, por meio de serviços especializados de manutenção e homologados pelo fabricante, inclusive nos veículos com adaptações, desde que mantidas inalteradas todas as condições originais de garantia.
- 5.17. Para os veículos, a CONTRATADA deverá executar **gratuitamente todas as revisões**, previstas no plano de manutenção inerente a cada modelo adquirido, **obrigatórias para os primeiros 50.000 km** referentes à manutenção preventiva, inclusive com a substituição de peças, óleos, filtros, demais serviços e mão-de-obra.
- 5.18. A Contratada, no ato de entrega dos veículos, deverá entregar o termo de garantia, preferencialmente digital, a ser apresentado na rede de concessionários, informando da gratuidade aqui estabelecida **para os primeiros 50.000 km ou** para as 5 (cinco) primeiras revisões conforme o caso, e da inexistência de qualquer limitação temporal para a efetivação de qualquer uma dessas revisões.
- 5.19. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.20. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.21. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de



retirada do equipamento das dependências do SEBRAE/DF pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.22. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo SEBRAE/DF.

5.23. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.24. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. FORMALIZAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA:

6.1.1. Após a homologação da licitação, serão observadas as seguintes condições para a formalização da Ata de Registro de Preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do licitante vencedor;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, com o objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original;

6.1.2. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I - quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos itens 9.6.1 e 9.7.1.

6.1.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal do Fornecedor do SEBRAE/DF.

6.2. ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



6.2.1. Após os procedimentos previstos no item 9.1, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo 5 (cinco) dias, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

I - prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificação apresentada seja aceita pelo SEBRAE/DF.

6.2.2. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Portal do Fornecedor do SEBRAE/DF.

6.2.3. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no item 9.2.1, fica facultado ao SEBRAE/DF convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

I - Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata a alínea “a”, do inciso II, do item 9.1.1 aceitar a contratação nos termos do disposto no caput deste artigo, o SEBRAE/DF, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes de que trata a alínea “b”, do inciso II, para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e firmar o contrato/instrumento equivalente nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.2.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o SEBRAE/DF a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6.3. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por até 36 (trinta e seis) meses, desde que o preço registrado se mantenha vantajoso, podendo ser restabelecidas as condições iniciais da ata, inclusive quantitativos nos termos dos §1º, §2º e §3º, do artigo 48, da Resolução CDN n.º 493/2024.



6.4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do disposto no artigo 53, da Resolução CDN n.º 493/2024;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - após o interregno de 01 (um) ano, contado da data limite para a apresentação das propostas, mediante solicitação do fornecedor, os preços iniciais poderão ser reajustados, com atualização da tabela SINAPI de referência.

6.5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o SEBRAE/DF convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

II - Na hipótese prevista no inciso I, o SEBRAE/DF convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

III - Se não obtiver êxito nas negociações, o SEBRAE/DF procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto no item 9.7.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao SEBRAE/DF a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

I - Para fins do disposto no item 9.5.2, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.



II - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo SEBRAE/DF e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 9.6.1, sem prejuízo da aplicação das sanções na legislação aplicável.

III - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no inciso II, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

IV - Se não obtiver êxito nas negociações, o SEBRAE/DF procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto 9.7.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

V - Na hipótese de comprovação do disposto no item 9.5.2 e no inciso I, o SEBRAE/DF atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo SEBRAE/DF, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

II - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no inciso II do item 9.5.2; ou

III - sofrer sanção de suspensão do direito de licitar ou contratar com o SEBRAE/DF

6.6.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas neste instrumento será formalizado por despacho do SEBRAE/DF, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o SEBRAE/DF poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.7. CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.7.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo SEBRAE/DF, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no inciso III, do item 9.5.1 e no inciso IV, do item 9.5.2.

6.8. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 6.8.1. As atas de registro de preços poderão ser acrescidas em até 50% de seus quantitativos inicialmente registrados, mediante acordo entre as partes, desde que previsto no edital, nos termos do artigo 52, da Resolução CDN n.º 493/2024.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sebrae, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o SEBRAE/DF e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O SEBRAE/DF poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o SEBRAE/DF.

7.7. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



7.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.15. Cabe ao gestor do contrato:

7.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.15.5. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do SEBRAE/DF.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO SEBRAE/DF

8.1. São obrigações do SEBRAE/DF:



- 8.1.1 Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados.
- 8.1.2 Fornecer a arte final para produção dos materiais.
- 8.1.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.1.4 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.1.5 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.1.6 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA;
- 8.1.7 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- 8.1.8 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos colaboradores da FORNECEDORA;
- 8.1.9 Emitir Ordem de Serviço Iniciais para a contratação dos materiais promocionais.

8.2. O SEBRAE/DF não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 9.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 9.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.1.4 Comunicar ao SEBRAE/DF, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



- 9.1.5 Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.7 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo SEBRAE/DF, atendendo de imediato as reclamações;
- 9.1.8 Responsabilizar-se pela procedência e qualidade dos materiais;
- 9.1.9 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo SEBRAE/DF, atendendo de imediato as reclamações;
- 9.1.10 Providenciar para que o objeto deste termo de referência seja acondicionado em embalagens apropriadas que garantam a integridade de seu conteúdo, devendo chegar ao seu destino invioladas, em perfeitas condições, sem quaisquer danos, avarias e ônus para o SEBRAE/DF;
- 9.1.11 Atender a toda e qualquer solicitação de reformulação ou correção que se faça necessária ao atendimento das necessidades do SEBRAE/DF;
- 9.1.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento;
- 9.1.13 Manter entendimentos com o SEBRAE/DF, objetivando evitar transtornos e atrasos na execução do fornecimento do produto que vier a ser solicitado pelo SEBRAE/DF;
- 9.1.14 Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações ou demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou qualquer de seus empregados, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento da presente ata de registro de preços;
- 9.1.15 Elaborar, dentro da melhor técnica e qualidade, os serviços necessários à realização do objeto deste edital;
- 9.1.16 Atender aos chamados do SEBRAE/DF com a máxima presteza;
- 9.1.17 Responsabilizar-se por todas as despesas com frete, materiais, ferramentas, mão de obra, equipamentos auxiliares, instrumentos de medição, máquinas em geral, impostos, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, salários e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto;
- 9.1.18 Em nenhuma hipótese, veicular publicidade acerca dos materiais entregues ao SEBRAE/DF, a não ser que haja prévia e expressa autorização do mesmo;
- 9.1.19 Estar ciente de que o uso da marca do SEBRAE/DF, quando autorizado, não dá à empresa contratada direito à propriedade desta marca, sendo transitório e subordinado ao



exato cumprimento de todas as cláusulas desta Ata de Registro de Preço, não podendo ser veiculada interna ou externamente em mídias impressas, redes sociais, eletrônicas, promoções, apoios, patrocínios e merchandising sem a prévia autorização por escrito do SEBRAE/DF;

- 9.1.20 Providenciar, sem custos extras para o SEBRAE/DF e sob sua total responsabilidade, o transporte de todos os materiais promocionais solicitados.
- 9.1.21 Comunicar, imediatamente, ao SEBRAE/DF qualquer irregularidade constatada durante a execução dos serviços.
- 9.1.22 Responsabilizar-se pelos danos causados ao SEBRAE/DF ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo de seus empregados e subcontratados na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento do SEBRAE/DF, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do contrato.
- 9.1.23 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, quando nas dependências do SEBRAE/DF, ou em qualquer outro local onde estejam entregando o produto objeto deste Termo de Referência, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação.
- 9.1.24 Em relação aos produtos eletrônicos que apresentarem vícios fica resguardado ao SEBRAE/DF a garantia por meio de substituição dos mesmos. Está garantia será de 6 (seis) meses a contar da data da entrega do produto.
- 9.1.25 O fornecimento dos produtos deve ser de acordo com os descritivos dos itens listados na planilha apresentada, com base no valor ofertado por item no certame.
- 9.1.26 Deve ser apresentado o produto no mesmo modelo e cor do item solicitado, pela arte enviada pelo SEBRAE/DF.

10. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

10.1. No presente caso não será admitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que não há no objeto em apreço nada que justifique tal permissão. Ao contrário disto, estaria se atentando contra o princípio da competitividade, pois se permitiria, a união de concorrentes que poderiam disputar entre si o objeto do presente instrumento, violando, por via transversa, o princípio da vantajosidade.

10.2. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente caso não limitará a competitividade.

11. DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL



11.1. A Nota Fiscal referente aos produtos deverá ser emitida e entregue, impreterivelmente, até dia 20 (vinte) de cada mês. Posterior a esta data, a mesma deverá ser emitida a partir do 1º dia útil do mês subsequente.

11.2. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

11.3. A natureza e descrição da nota fiscal deve ser de acordo com objeto descrito neste Termo de Referência, sendo, desta forma, emitida uma nota fiscal de produto.

11.4. As notas fiscais deverão ser apresentadas com os valores e descrição dos produtos entregues, sendo o pagamento realizado pela quantidade de produtos efetivamente entregues.

11.5. A Nota Fiscal deverá ser enviada através do Portal do Fornecedor após o material entregue e conferido. É de responsabilidade da contratada o acompanhamento da Nota Fiscal e caso a contabilidade exija alguma complementação, como por exemplo carta de correção, a entrega deverá ser feita via sistema.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da documentação fiscal correspondente, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal correspondente quando a área requisitante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada dos seguintes documentos, dentro do prazo de validade:

12.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. CNPJ.

12.3.2 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e à Seguridade Social.

12.3.3 Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais/Distrital.

12.3.4 Certidão de Regularidade de Tributos Municipais.

12.3.5 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

12.4. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, o mesmo será advertido, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize a situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo tal prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do SEBRAE/DF.



12.5. Havendo erro na apresentação da documentação fiscal correspondente à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a SEBRAE/DF.

12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.7. Persistindo a irregularidade, o SEBRAE/DF deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

12.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

13. DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração, nos termos da Resolução CDN n.º 493/2024, o LICITANTE/ADJUDICATÁRIO que, com dolo ou culpa:

- 13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 13.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 13.1.3 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 13.1.4 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 13.1.5 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 13.1.6 deixar de apresentar amostra, quando for o caso;
 - 13.1.7 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.1.8 não celebrar o(a) contrato/ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.9 recusar-se, sem justificativa, a assinar o(a) contrato/ata ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo SEBRAE/DF;
- 13.1.10 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 13.1.11 fraudar a licitação



13.1.12 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.13 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.14 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.15 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.16 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.2. Com fulcro na Resolução CDN n.º 493/2024, o SEBRAE/DF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar AO LICITANTE as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 Advertência escrita;

13.2.2 Multa;

13.2.3 Suspensão do direito de licitar ou contratar de contratar com o SEBRAE em âmbito local ou nacional, nos termos dos artigos 42 e 43, da Resolução CDN n.º 493/2024.

13.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, ou, no caso de Registro de Preços, no valor da proposta vencedora, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.3.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 5% do valor do contrato licitado ou, no caso de Registro de Preços, no valor da proposta vencedora.

13.3.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.4; 13.1.5; 13.1.6 e 13.1.7 a multa será de 5% a 10% do valor do contrato licitado ou, no caso de Registro de Preços, no valor da proposta vencedora.

13.4. As sanções de advertência e suspensão do direito de licitar ou contratar com o SEBRAE/DF, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. Poderá ser aplicada ao LICITANTE a sanção de suspensão do direito de licitar ou contratar com o SEBRAE nos seguintes casos:

13.6.1 **em âmbito nacional**, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4; 14.1.5; 14.1.6 e 14.1.7, por prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos; e

13.6.2 **em âmbito local**, pelas infrações previstas nos itens 13.1.1; 13.1.2 e 13.1.3, por prazo não superior a 3 (três) anos, sendo que, também poderá ser aplicada a penalidade prevista no item 14.7.1, caso se justifique a imposição de penalidade mais grave.

13.7. Comete infração, nos termos da Resolução CDN n.º 493/2024, o LICITANTE VENCEDOR que, com dolo ou culpa:



- a) der causa à inexecução parcial do(a) contrato/ata;
- b) der causa à inexecução parcial do(a) contrato que cause grave dano ao SEBRAE/DF ou ao funcionamento dos seus serviços ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do(a) contrato/ata;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do(a) contrato/ata;
- f) praticar ato fraudulento na execução do(a) contrato/ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.7.1 Serão aplicadas ao **LICITANTE VENCEDOR** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.7.2 Advertência, quando o **LICITANTE VENCEDOR** der causa à inexecução parcial do(a) contrato/ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.7.3 Suspensão do direito de licitar ou contratar com o SEBRAE/DF (âmbito local), quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3(três) anos.;

13.7.4 Suspensão do direito de licitar ou contratar com o SEBRAE em âmbito nacional, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.8. Multa:

13.8.1 **Moratória**, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

13.8.2 **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato ou, no caso de Registro de Preços, no valor da proposta vencedora, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando for o caso;



13.8.3 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza o SEBRAE/DF a promover a extinção do contrato/ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

13.8.4 **Compensatória**, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (quinze por cento) a 10% (trinta por cento) do valor da contratação ou, no caso de Registro de Preços, no valor da proposta vencedora.

13.8.5 **Compensatória**, para a inexecução total do(a) contrato/ata prevista acima na alínea “c”, de 5% (dez por cento) a 10% (quinze por cento) do valor da contratação ou, no caso de Registro de Preços, no valor da proposta vencedora.

13.8.6 **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco por cento) a 5% (dez por cento) do valor da contratação ou, no caso de Registro de Preços, no valor da proposta vencedora.

13.8.7 **Compensatória**, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação ou, no caso de Registro de Preços, no valor da proposta vencedora.

13.8.8 **Compensatória**, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco por cento) a 5% (dez por cento) do valor da contratação ou, no caso de Registro de Preços, no valor da proposta vencedora.

13.9. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao SEBRAE/DF.

13.10. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.11. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo SEBRAE/DF ao LICITANTE VENCEDOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver sido exigida, ou será cobrada judicialmente.

13.13. A multa poderá ser recolhida ao SEBRAE/DF no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, nos regulamentos do SEBRAE/DF.



13.14.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.14.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.15. Na aplicação das sanções, tanto para LICITANTE quanto para a CONTRATADA, serão considerados:

13.15.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.15.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.15.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.15.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

13.15.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.16. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis da aplicação das sanções de advertência e multa, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade competente, que deverá proferir sua decisão, contado do recebimento dos autos.

13.17. A apuração de responsabilidade relacionadas à suspensão do direito de licitar ou contratar com o SEBRAE, seja em âmbito local ou nacional, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão designada, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou a CONTRATADA para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.18. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.19. O SEBRAE/DF deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

14. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

14.1. As exigências de habilitação jurídica; de regularidade fiscal e trabalhista e de qualificação econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme será disciplinado no edital da licitação.



14.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

14.2.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

15.2. O fornecimento do objeto será PARCELADO.

Exigências de habilitação

15.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

15.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

15.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

15.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



15.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

15.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

15.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

15.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira



15.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

15.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

15.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

15.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 10 % do valor total estimado da contratação.

15.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

15.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

15.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

15.28. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:



15.28.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

15.28.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) de Capacidade Técnica, deve atestar que a licitante já forneceu veículos de acordo com a especificação do item que irá participar e que eles foram entregues de maneira satisfatória quanto à qualidade e prazos.